

O processo de adaptação na educação infantil das crianças com deficiência no contexto da escola inclusiva

*Aliete Oliveira dos Santos**

*Adriane Cenci***

Resumo

O artigo apresenta um estudo de caso que investiga a adaptação de crianças com deficiência em escolas de educação infantil (adaptação inclusiva) no município de Natal/RN. Para a coleta de dados se procedeu a observação com registros em diário de campo e entrevistas com pedagogas de duas instituições e com uma mãe de uma criança com deficiência. A análise dos dados, a partir da análise textual discursiva, levou a organização das seguintes reflexões: 1) primeiros dias da criança com deficiência na escola, destacando a importância da presença da família, uma vez que o período de adaptação envolve sentimento de insegurança; 2) o professor e o processo de adaptação destacando a falta de conhecimento específico e de suporte como elementos que dificultam o processo de inclusão, desafio enfrentado com estratégias baseadas na exploração do lúdico e 3) a relação entre os dispositivos legais e a realidade da adaptação inclusiva, destacando uma lacuna entre as condições prescritas e o dia a dia da escola.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação Inclusiva; Adaptação.

** Graduação em Tecnologia e Gestão Comercial. Especialista em Docência para o Ensino Superior. Graduação em Pedagogia. E-mail: lieteoliveira@gmail.com

* Graduação em Educação Especial (Licenciatura). Especialização em Gestão Educacional. Mestrado em Educação. Doutorado em Educação. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: adricenci@gmail.com

The process of adaptation of children with disabilities in child education in the context of inclusive school

Abstract

The article presents a case study that explores the process of adaptation of children with disabilities in child education in the city of Natal / RN. For the collecting data, the procedures were observation with notes at a field diary and interviews with pedagogues of two institutions and a mother of a child with disability. The data analysis, based on discursive textual analyses, brings the organization of the following reflections: 1) first days of the child with disability at school, highlighting the importance of the family presence, because the adaptation period involves insecurity feelings; 2) teacher and the adaptation process, highlighting the lack of specific knowledge and lack of support making the inclusion process difficult, the challenges are faced with strategies based on playful activities; 3) the relation between legal documents and the inclusive adaptation reality, highlighting the gap between the prescribed conditions and the school daily life.

Key words: Child Education. Inclusive Education. Adaptation.

El proceso de adaptación en la educación infantil de los niños con discapacidad en el contexto de la escuela inclusiva.

Resumen

El artículo presenta un estudio de caso que investiga la adaptación de niños con discapacidad en escuelas de educación infantil (adaptación inclusiva) en el municipio de Natal / RN. Para la recolección de datos se procedió a la observación con registros en diario de campo y entrevistas con pedagogas de dos instituciones y con una madre de un niño con discapacidad. El análisis de los datos, a partir del análisis textual discursivo, llevó a la organización de las siguientes reflexiones: 1) primeros días del niño con discapacidad en la escuela, destacando la importancia de la presencia de la familia, una vez que el período de adaptación implica sentimiento de inseguridad; 2) el profesor y el proceso de adaptación destacando la falta de conocimiento específico y de soporte como elementos que dificultan el proceso de inclusión, desafío enfrentado con estrategias basadas en la explotación del lúdico y 3) la relación entre los dispositivos legales y la realidad de la adaptación que incluye una laguna entre las condiciones prescritas y el día a día de la escuela.

Palabras clave: Educación infantil. Educación inclusiva. Adaptación.



1. Introdução

As mudanças e as adaptações estão presentes nas diferentes fases do ciclo de vida humano, algumas mudanças são desencadeadas pela maturação, mas nunca separadas das condições de vida, das experiências que o sujeito tem (BEE, 1997). Propõe-se discutir a adaptação das crianças na educação infantil que é vivenciada, especialmente, quando ingressam na escola, mas também a cada início do ano letivo ou em períodos atípicos como retorno após as férias, ausências após doenças, viagens e outras situações diversas.

Entende-se que o período da adaptação à escola é de muita importância na vida da criança, marcado por desafios e pelo estabelecimento dos primeiros vínculos com a escolarização que podem favorecer e promover a autonomia, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança.

A criança é a protagonista de todo e qualquer processo de escolarização e, ao planejar o acolhimento em face da adaptação na escola, é necessário elaborar estratégias cooperativas onde todos estejam envolvidos: criança, família e equipe da instituição. Esse aspecto provocou inquietude e interesse em compreender como se dá a adaptação sob a perspectiva de inclusão de crianças que apresentam diferentes aptidões e habilidades, como é o caso das crianças com deficiência. Analisar esse contexto poderá contribuir na reflexão acerca da necessidade de que a escola pública ofereça educação inclusiva efetivamente, desde a educação infantil, promovendo o acolhimento de todas as crianças, já que todas as crianças, sem nenhuma exceção, têm o direito de estar na escola – direito indicado pela Constituição (BRASIL, 1988), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Convém ressaltar que os cenários educacionais são dinâmicos e plurais, e que adaptações são sempre necessárias. Pensando desse modo, esta pesquisa buscou compreender como ocorrem os processos de adaptação das crianças com deficiência, processo que neste estudo denominou-se adaptação inclusiva, analisando as formas ou estratégias de acolhimento, tendo em vista a importância de considerar e respeitar suas singularidades para a garantia do direito de estarem na escola desde a educação infantil.

A discussão acerca do processo de adaptação inclusiva não irá especificar as deficiências. As reflexões tem caráter geral sendo válidas para crianças que podem apresentar diferentes necessidades na escola. É importante a ressalva que cada criança poderá demandar conhecimentos e procedimentos específicos, por exemplo, as estratégias utilizadas com uma criança cega, serão diferentes daquelas utilizadas com uma criança com autismo ou com deficiência intelectual, pois requerem também outros materiais, outros cuidados. A especificação das estratégias por deficiência não é o objetivo da pesquisa, assim seguem as reflexões acerca da adaptação inclusiva pensando em princípios gerais para todos os alunos.

De acordo com Rapoport (2005), para que ocorra a adaptação da criança na escola é necessário buscar entender suas relações afetivas, respeitando-a, de modo a promover um trabalho que as guie proporcional e sistematicamente à autonomia. Cabe salientar que esse protagonismo inclui todas as crianças, não sendo permitidas distinção ou discriminação.



Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo compreender a adaptação inclusiva, ou seja, o processo de adaptação de crianças com deficiência quando chegam a educação infantil em escolas inclusivas.

Buscou-se analisar a adaptação inclusiva sob a ótica de seis professoras de educação infantil de duas escolas públicas do município do Natal/RN e de uma mãe de uma criança com deficiência, sujeitos que possibilitaram perceber a existência ou ausência estratégias inclusivas, que venham promover acolhimento das crianças com deficiência durante os processos de adaptação ou mesmo a readaptação na escola de educação infantil.

2. Bases teóricas do processo de adaptação inclusiva na educação infantil

A decisão quanto ao momento certo de levar a criança pequena (criança menor de seis anos de idade) pela primeira vez à escola não é tarefa fácil, pois exige dos pais ou responsáveis a escolha da instituição, a idade adequada, atendimento as exigências dos dispositivos legais. A decisão geralmente é envolta por sentimentos de dúvida, sofrimento, insegurança, desamparo que, muitas vezes, passam despercebidos; e esses sentimentos podem gerar possíveis barreiras no desenvolvimento da criança rumo a aprendizagem e autonomia.

O documento das atuais Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (BRASIL, 2013), ao se referir à educação infantil salienta que:

Cada criança apresenta um ritmo e uma forma própria de colocar-se nos relacionamentos e nas interações, de manifestar emoções e curiosidade, e elabora um modo próprio de agir nas diversas situações que vivencia desde o nascimento conforme experimenta sensações de desconforto ou de incerteza diante de aspectos novos que lhe geram necessidades e desejos, e lhe exigem novas respostas (BRASIL 2013, p. 86).

As reações, sentimentos e formas de reagir acima citadas, sinalizam que o acolhimento pode ser decisivo para que o processo de adaptação ocorra de forma positiva.

Ortiz (2000), ao apresentar a história da adaptação da criança na educação infantil afirma que, no passado, esses primeiros dias da criança na escola eram vistos como um mal necessário. As famílias e as instituições compreendiam com normalidade o choro, o silêncio, o sono, a recusa da alimentação e da participação nas brincadeiras, além de outras reações negativas das crianças. Era senso comum a percepção de que se tratava de um período de reações negativas passageiro, pelo qual “toda criança deveria passar” (ORTIZ, 2000, p. 2).

Atualmente essa concepção não mais se sustenta, visto que, conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – DCNEI (2010), a educação infantil é:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (BRASIL, 2010, p. 12).



A educação infantil tem suporte e diretrizes legais. E mesmo essas referências legais assumem que a mudança que a criança passa ao deixar a o ambiente de sua casa para frequentar a escola é significativa e desencadeia nas crianças uma série comportamentos:

Algumas crianças podem apresentar comportamentos diferentes daqueles que normalmente revelam em seu ambiente familiar, como alterações no apetite; retorno às fases anteriores do desenvolvimento (voltar a urinar ou evacuar na roupa, por exemplo). Podem, também, adoecer; isolar-se dos demais e criar dependências de um brinquedo, da chupeta ou de um paninho. (BRASIL, 1998, p.80).

Como se pode observar, é um momento que transita entre a necessidade e a obrigatoriedade pela exigência legal, mas também pelas dúvidas, insegurança e novos comportamentos, por se tratar de um contexto no qual passam a estar envolvidos novos cenários e pessoas, que até então não faziam parte do convívio da criança. Nesse sentido, o período de adaptação tem influência no tempo, nos avanços, no desenvolvimento, autonomia e na aprendizagem das crianças.

Isso faz pensar que para as famílias de uma criança com deficiência a decisão de levá-la à escola pela primeira vez é mais difícil, que os sentimentos de insegurança, preocupação e culpa, podem ser acentuados relacionados a frequente superproteção dirigida às crianças com deficiência (ANCESKI BATAGLION, MARINHO, 2016).

Em linhas gerais, as crianças que nascem com alguma deficiência, tendem a receber rótulos, passando assim a ter sua diferença ou limitação como uma característica que se sobrepõe às demais. Omote (1994) aborda a questão desses rótulos definindo-os como estigmas que são produzidos nas relações sociais e levam à baixa expectativa em relação ao sujeito estigmatizado. Para as crianças com deficiência isso pode incorrer no entendimento de que elas não precisam frequentar a escola. Dar-se conta desses estigmas e seus impactos leva a inferência de que a inclusão da criança pequena com deficiência na educação infantil parte da conscientização da própria família, pois é nela que são estabelecidas as expectativas positivas de desenvolvimento, conforme as potencialidades da criança e não na sua diferença.

Antes de adentrarmos nos registros e realidade identificada, é importante discutir o significado dos termos “adaptação” e “inclusão” adotados nesse estudo, no contexto da educação de crianças com deficiência na educação infantil.

Nos escritos de Repoport (2005) e Ortiz (2000), há destaque ao acolhimento e adaptação de crianças de modo geral, sem especificar a situação das crianças com deficiência: Ortiz (2000) afirma que:

O acolhimento traz em si a dimensão do cotidiano, acolhimento todo dia na entrada, acolhimento após uma temporada sem vir à escola, acolhimento quando algum imprevisto acontece e a criança sai mais tarde, quando as outras já saíram, acolhimento após um período de doença, acolhimento por que é bom ser bem recebida e sentir-se importante para alguém (ORTIZ, 2000, p.4).

A autora explica ainda que os primeiros dias da criança na educação infantil geralmente ocorrem de forma positiva quando a adaptação é planejada sob o aspecto de “acolher, aconchegar, procurar oferecer bem-estar, conforto físico e emocional e amparar,



amplia significativamente o papel e a responsabilidade da instituição de educação, neste processo” (ORTIZ, 2000, p 7.). Nesse sentido, para que a adaptação da criança com deficiência aconteça de forma adequada é preciso entender suas relações afetivas, familiares e sociais, incluindo-a e respeitando-a, de modo a promover um trabalho que as guie proporcional e sistematicamente à autonomia no novo ambiente.

Outro fator a ser considerado é a necessidade da formação inicial e continuada, principalmente dos professores, pois são eles que convivem cotidianamente com a diversidade no contexto da sala de aula. Conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010), o docente na educação infantil é polivalente, ou seja, é um único educador, que irá mediar ensino-aprendizagem para garantir

[...] à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p 18).

Normalmente essa articulação é feita através de uma educadora com formação em pedagogia que se depara com desafios de atender alunos com diferentes características. Dentre as responsabilidades dessa educadora, está a de dirigir os processos de acolhimento e de adaptação de todas as crianças.

A adaptação se caracteriza pelo processo de acolhimento na instituição que segundo Repoport, (2005, p. 11.) “tem início nos contatos iniciais da família [...] pois as primeiras impressões influenciam a forma como estes pais se relacionam com o novo ambiente”. Essa primeira relação com o novo ambiente poderá favorecer todo o processo de adaptação da criança nos primeiros momentos de sua escolarização, pois conforme recomenda Ferreira (2003 s/p.) “o ambiente educacional deve ser agradável e acolhedor para todos que nele convive”. Nesse processo, exige-se um esforço por parte das famílias e equipe educacional, mas principalmente da criança, visto que lhes é apresentada uma nova realidade e uma nova rotina. Assim, para que a adaptação ocorra de forma positiva, é essencial o envolvimento dos pais, crianças e escola, e segundo Ortiz, (2001, p. 3) “ao contrário do que o termo sugere não depende exclusivamente dela [a criança] adaptar-se ou não à nova situação. Depende também da forma como é acolhida”.

Davine e Freire (1999, p. 23) corroboram nessa perspectiva, enfatizando que “é nessa fase que serão construídos os primeiros vínculos, que serão modelos para vínculos posteriores, além de regras e valores que irão nortear a postura dessa criança cidadã, frente ao mundo”. Nesse sentido, é importante atentar aos sentimentos e emoções dos pais e das crianças para que se construa o vínculo entre família, educadora e criança, o qual é considerado como um ponto chave do processo de adaptação. É nos primeiros contatos do acolhimento que se inicia o estabelecimento dos vínculos de afetividade, confiança e segurança, aspectos essenciais para que a adaptação ocorra de forma positiva, não só da criança, mas também das famílias, dos professores, da turma do aluno.

Ainda é pertinente esclarecer, que toda criança, com ou sem deficiência, ao ir à escola, passa pelo processo de adaptação, e têm o direito de participar de todas as atividades propostas na educação infantil. Sobre a participação da criança em todas as atividades, Bersch e Machado (2007) apresentam que,



[...] nos espaços da creche e pré-escola, possibilitará que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando: brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, estórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade (BERSCH; MACHADO, 2007, p.19).

Significa compreender que as crianças com deficiência, bem como as demais, têm especificidades, percepções e sentidos, podendo apresentar diferenciadas formas de expressão, comunicação, potencialidades e tempos de desenvolvimento. Dessa forma, é necessário que sejam planejadas a participação e experimentação com adaptações sempre que necessário.

Ao planejar as atividades para acolhimento de qualquer criança na educação infantil, é essencial também a inclusão dos pais, pois, eles serão parceiros na exploração do novo ambiente e na formação dos novos relacionamentos. Repoport (2005, p. 12) reforça que “esse planejamento deve ser voltado à interação da criança junto a sua família, para que com isso, NÃO ocasione desconfortos nem traumas nas crianças e seus familiares”.

A adaptação inclusiva tem suas especificidades assim como a criança com deficiência também as têm, sendo assim, é primordial o acesso ao máximo de informações sobre o comportamento da criança, sua rotina, alimentação, quadro clínico, entre outros. Para esse conhecimento acerca da criança é preciso diálogo e proximidade com a família. Tais informações são relevantes para que o professor possa planejar o acolhimento inclusivo, ou seja, pensar no cuidar, brincar e educar, de forma que a criança participe de tudo, respeitando suas limitações e explorando suas potencialidades. Para crianças com deficiência é preciso pensar em estratégias de adaptação inclusiva para que a escola, ao identificar suas especificidades (dificuldades, limitações e, o mais importante, as potencialidades), efetue procedimentos, desenvolva ferramentas, organize estrutura, planeje currículo e atividades que propiciem recebê-las em um ambiente adequado, que possibilite incluí-la em todas as atividades.

Aranha (2000), afirma que quando a criança com deficiência participa de atividades compartilhadas na escola, é criada,

[...] maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico e social. Proporciona ainda, para todos, alunos e professores, com e sem necessidades educacionais especiais, a prática saudável e educativa da convivência na diversidade e da administração das diferenças no exercício das relações interpessoais, aspecto fundamental da democracia e da cidadania. (ARANHA, 2000 p. 20).

Dessa forma, criar possibilidades de relações interpessoais num contexto diverso, exige do professor habilidade e observação sistemática das reações individuais, elaborando uma rotina de atividades que transite entre o cuidado e propostas pedagógicas mais flexíveis para os primeiros dias na educação infantil

No Brasil, atualmente a inclusão é orientada pelo documento “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) na



qual está definido como público alvo as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Mais especificamente para a organização da Educação Infantil tem regulamentação pelas Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009), que asseguram direitos e formas da criança aprender, de modo que o sistema educacional lhe ofereça “oportunidades de interagir, explorar, descobrir e aprender, conforme seus tempos valorizando principalmente as socializações e brincadeiras”. Portanto é importante que se respeite principalmente o tempo e especificidades das crianças, pois conforme sustenta a referida Diretriz:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2009, art. 8º)

Inclusão na educação infantil, remete a reflexão acerca da efetiva participação da criança com deficiência em toda a rotina escolar, ou seja, é preciso oferecer possibilidades para que recebam cuidados, participem das brincadeiras e aprendam.

Cabe reafirmar o que define o documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ao citar que “a criança é um sujeito [...] que brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sobre a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009, art.4). Assim, considerando as especificidades, todo planejamento deve acontecer de forma a incluir as crianças com deficiência, para que sua adaptação na escola evolua, observando suas reações cotidianamente, da mesma forma que acontece todas as crianças. É nessa observação que surgem sinais de que a criança está adaptada à escola ou não, mostrando também se houve avanços ou até retrocessos.

Todo o processo deve ser registrado em instrumento próprio, pois cada criança possui especificidades, estão vivenciando “o novo” e precisam ser respeitadas, visto que, no período de adaptação tudo é novidade para ela. É nesse processo que são provocadas mudanças e familiaridade sistemática com outras crianças do grupo, com outros adultos, novas rotinas e com o ambiente institucional.

Para promover a inclusão das crianças com deficiência devem ser implementadas as adaptações/flexibilizações no currículo as quais pressupõem criar estratégias para atuar frente às dificuldades dos alunos, bem como prever as adaptações arquitetônica do prédio, desde a biblioteca escolar ou sala de leitura, parques, mobiliário escolar e das salas (BRASIL, 1998).

Para quaisquer níveis de adaptação do currículo, é relevante considerar aspectos relativos a real necessidade da adaptação, a avaliação das competências da criança em relação ao currículo regular e também compreender e respeitar o caráter processual das atividades pedagógicas, visto que as alterações podem ser constantes e gradativas. Na Cartilha Saberes e práticas da inclusão: Educação Infantil, Bruno (2006), explica que para adaptações curriculares inclusivas no âmbito da sala de aula, condizem com:



Organização de agrupamentos, de didática, do tempo e do espaço; visam facilitar o processo de aprendizagem de todas as crianças na educação infantil mediante a organização de conteúdos e objetivos diversificados que atendam ao interesse de todos e às necessidades especiais. Essa organização diz respeito à introdução de recursos e materiais didáticos específicos, modificação de agrupamentos, do espaço, do tempo, a organização da rotina, às brincadeiras e as situações de aprendizagem. Adaptações de objetivos e conteúdos: [...] Há objetivos e conteúdos que devem ser flexibilizados, e em determinados casos podem até ser eliminados ou tornados secundários. Modificação na temporalidade: cada criança tem um determinado tempo que lhe é peculiar. Adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades: trata-se de ajustes, enriquecimentos ou modificações introduzidas nos procedimentos metodológicos e didáticos adotados pela escola para o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. Adaptações avaliativas: propõem a adoção da avaliação pedagógica formativa, processual e contínua para todos os alunos. (BRUNO, 2006, p.24).

Para isso, são necessárias estratégias de atuação docente que oportunizem adequar métodos, materiais, currículos às formas de aprender dos alunos. Significa que o currículo deve ser dinâmico e que a inclusão pressupõe oferecer condições adequadas de aprendizagem e permanência de todas as crianças na escola. Além das questões pedagógicas, muitas crianças com deficiência requerem atenção de apoio multidisciplinar, como o atendimento com profissionais de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, medicina entre outros.

Quando há adequado planejamento pedagógico todas as crianças se beneficiam da aprendizagem escolar. Bruno (2006), garante que,

[...] as crianças com qualquer deficiência, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais, são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora, algumas vezes, de forma diferente. (BRUNO, 2006, p. 19).

A dinâmica deste contexto possibilitou relacionar, neste estudo, as formas de planejamento na perspectiva tanto do acolhimento, quanto das adaptações necessárias, observando aumento ou diminuição nas demandas das crianças incluídas na educação infantil, como também perceber possíveis dificuldades ou desafios no trabalho docente

3. Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa é definida como um estudo de caso, que, conforme afirma Yin (apud GIL, 1999, p. 73), configura-se como “um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de um contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na qual são utilizadas várias fontes de evidência”. A opção por essa metodologia se deu por ser coerente a prerrogativa de uma pesquisa de contexto sócio educacional, que propõe identificar perfil, relacionar demandas, observar a qualidade da educação ofertada principalmente com relação ao acolhimento inclusivo durante os processos de adaptação das crianças com deficiência em início de escolarização.



Partindo desses pressupostos, esta pesquisa vem descrever qualitativamente o cenário atual da adaptação em dois Centros de Educação Infantil de Natal/RN, buscando discutir a temática da inclusão da criança com deficiência.

Para produção dos dados, foram entrevistadas seis pedagogas em exercício em dois Centros de Educação Infantil de Natal, sendo 3 professoras da Escola X e 3 professoras da Escola Y, além de uma mãe de uma criança com deficiência (os sujeitos são apresentados no Quadro 1). Convém ressaltar que todas entrevistas foram realizadas conforme agendamento prévio, com a assinatura de termo de consentimento e com compromisso de anonimato das participantes e suas respectivas instituições.

Quadro 1. Caracterização dos participantes

Participante	Formação	Cursos e/ou especializações	Tempo de experiência no magistério
Professora A	Pedagoga	Especialista em Psicopedagogia	3 anos
Professora B	Pedagoga	Especialista em Educação especial	18 anos
Professora C	Pedagoga	Cursando especialização em neuropedagogia	4 anos
Professora D	Pedagoga	-	1 ano e seis meses
Professora E	Pedagoga	Especialista em educação Especial	15 anos
Professora F	Pedagoga	Especialista em Alfabetização e letramento.	9 anos
Mãe	-	Ensino fundamental completo	-

Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A escolha desses sujeitos para as entrevistas partiu da compreensão de que são pessoas que estão diretamente envolvidas no processo de inclusão (professores e familiares). Gil (1994, p. 117) explica que, “enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam”. Essas entrevistas foram gravadas em áudio, possibilitando analisar com cuidado as falas das participantes e assim tecer uma compreensão acerca do planejamento para acolhimento inclusivo, desde a oferta e estruturas de acessibilidade até o apoio afetivo, emocional e pedagógico específicos para receber crianças com deficiência na educação infantil do município de Natal. Além das entrevistas, foram realizadas visitas às escolas, observações com registro em diário de campo. Sobre a observação, Marconi e Lakatos (2007, p. 192) explicam que se trata de uma “técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

Para análise dos dados, as respostas obtidas nas entrevistas e as observações registradas no diário de campo foram organizadas com base em Moraes (2003), a partir da análise textual discursiva, que consiste em: 1) desconstrução do corpus de dados coletados criando unidades de sentido; 2) estabelecimento de relação entre as unidades, criando as categorias mistas, que tiverem origem tanto no referencial teórico que orientou o olhar, quanto nos dados obtidos na investigação e 3) a organização dessas categorias numa nova síntese, que é a apresentação delas reorganizadas na lógica do presente texto.

Os procedimentos analíticos originaram as seguintes categorias: 1) primeiros dias da criança com deficiência na escola: a participação da família no processo de adaptação inclusiva; 2) o professor e o processo de adaptação: os desafios e estratégias para acolhimento inclusivo na educação infantil e 3) a relação entre os dispositivos legais e a realidade da adaptação inclusiva nas escolas de educação infantil de Natal.

4. Primeiros dias da criança com deficiência na escola: a participação da família no processo de adaptação inclusiva.

Os estudos apresentados acima mostram que os primeiros dias da criança na educação infantil geralmente são marcados por reações emocionais que envolvem ansiedade, expectativas e insegurança tanto para as crianças, como para seus pais. Em linhas gerais, esses sentimentos podem interferir na adaptação e no tempo que a criança será considerada como adaptada à escola.

Davine e Freire (1999) explicam que o processo é amplo e complexo, iniciando desde a procura e escolha da instituição, até a efetiva matrícula da criança, momento o qual as famílias devem fornecer o máximo de informações com relação à criança e o contexto na qual vive. Segundo as autoras, o momento em que os pais decidem levar a criança pequena para a escola, pela primeira vez, é envolto de sentimentos relacionados às seus sonhos, desejos, suas expectativas quanto ao desenvolvimento da criança, também sentimentos que se aproximam de angústias, incertezas e insegurança. Para elas é “somente escutando-os é que poderemos saber o significado desta decisão” (DAVINI & FREIRE, 1999, p.45).

Sobre a participação dos pais de crianças com deficiência no processo de adaptação inclusiva, a professora A considera importantíssimo os primeiros contatos com a família de todas as crianças, de maneira geral, muito embora afirme que nem sempre é possível e quanto a crianças com deficiência ela assegura que: *“Inicialmente tenho uma conversa prévia com o responsável para buscar informações acerca do histórico ou diagnóstico da criança para assim incluí-lo nas atividades”*. (As falas dos sujeitos participantes da pesquisa estarão identificadas com a formatação *itálico* no texto, diferenciando das citações dos autores que foram utilizados como referência).

Na aprendizagem da criança, pais e escola compartilham responsabilidades. Veiga (2008) explica que as informações trazidas pelos pais podem favorecer a inclusão da criança, no sentido de, a partir do reconhecimento das potencialidades da criança com deficiência, ser possível planejar de forma consciente e segura seu acolhimento em face de que “os recursos pedagógicos também precisam ser adaptados à forma de recepção de informação utilizados pela criança, e para todas essas situações os professores e pais precisam estar preparados”. (VEIGA 2008, p. 184).

Com relação à permanência dos pais nos primeiros dias na escola, a professora B diz que na instituição em que trabalha, essa permissão se restringe a apenas alguns minutos na chegada e na despedida das crianças. Diz ela: *“Infelizmente são poucos os pais que participam do processo de adaptação das crianças na escola”*, mas que, considera de grande importância a participação deles neste período. A mesma complementa dizendo: *“Na minha escola não vejo isso, e quando ocorre a permissão é por um tempo determinado entre duas a três semanas, geralmente quando a criança tem alguma reação emocional mais grave, como febre, vômito, e choro compulsivo. Com relação a criança deficiente esse é muito importante, mas também é estabelecido um tempo em semanas”*.

Vale lembrar o que afirmam Davini e Freire (1999, p. 45) sobre o período de adaptação, ressaltando que a forma como cada criança vivencia e o tempo de superar positivamente o período da adaptação, “vai depender dos aspectos particulares de cada personalidade participante do processo e, também, da dinâmica familiar”.



As crianças com deficiência e suas famílias, costumam vivenciar mais acentuada insegurança na fase de adaptação na educação infantil. Veiga destaca: “ao ingressar em outro ambiente provedor de cuidados e educação, agora destinados a um grupo maior de crianças, seja creche, seja pré-escola ou centro de Educação Infantil, a criança deficiente pode sentir-se insegura ou abandonada” (VEIGA, 2008, p. 180).

Diante das falas das professoras e do aporte teórico estudado foi possível perceber que é necessário tornar o vínculo com as famílias mais estreito, para o estabelecimento da segurança e confiabilidade das famílias e principalmente da criança e instituição educativa.

Segundo Veiga (2008), alguns pais decidem não levar seus filhos com deficiência para a escola de educação infantil pelo fato de terem passado por alguma experiência negativa com relação a tentativa de incluí-los. Diante de uma frustração desenvolvem sentimentos de dúvida e insegurança, provenientes da situação anterior e transferem para uma nova instituição. Nesse sentido, o acolhimento dos pais é essencial para que esses sentimentos sejam erradicados definitivamente.

A mãe que participou da pesquisa afirma que as dificuldades e barreiras, dentre elas o desconhecimento quanto à deficiência de seu filho, a maneira preconceituosa de acolhimento na primeira escola, na qual percebeu a estigmatização¹ do seu filho como um “doente”, trouxeram-lhe grande insegurança. A mesma afirma que sofreu bastante preconceito, desde a rejeição de matrícula até resistência de outras famílias que tinham crianças na mesma escola. Ela afirma que superou esses desafios através da procura constante pelos direitos de seu filho, chegando até a procurar a Secretaria de Educação. A mãe salienta que o fato de ter um filho com deficiência à fez ter um novo olhar para o outro: “foi através do meu filho que pude perceber que o deficiente pode participar de tudo na escola, quando acolhido e incluído”.

5. O professor e o processo de adaptação: os desafios e estratégias para acolhimento inclusivo na educação infantil.

Como já foi apresentado, educar crianças pequenas requer planejamento de “atividades específicas que envolvam cuidado, segurança, higiene, saúde alimentação, repouso e recreação” (VEIGA, 2008, p. 177). Para isso, o educador tem um papel relevante pois é ele quem organiza atividades especiais para o período inicial de escolarização; e com relação às crianças com deficiência, suas ações são decisivas para que ocorra a adaptação inclusiva. A mesma autora assegura que, para a criança com deficiência, nesse acolhimento que precede a fase de adaptação, é necessário afeto para ela perceber-se pertencente ao grupo sem restrições, preconceito ou discriminação.

Segundo Rapoport (2005, p. 19), as ações da educadora são de grande importância quando se trata do processo de adaptação da criança à escola. Significa dizer que residem nas habilidades do profissional docente as formas e estratégias de condução do processo.

¹ Estigma: Atribuição depreciativa a uma pessoa ou grupo. “Termo utilizado pelos gregos para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa extraordinária ou mais sobre o status moral de quem os apreciava” (GOFFMAN, 1998, p. 11).



Nesse sentido, as educadoras podem sentir-se despreparadas diante da responsabilidade de adequar as ações pedagógicas às crianças com deficiência, envolvendo desde questões adaptações curriculares até manuseio e utilização de ferramentas que muitas vezes ela não aprendeu durante sua formação.

É notório que em se tratando do acolhimento de crianças com deficiência os desafios se ampliam, para os quais, segundo Veiga (2008), são necessárias reflexões e até mesmo uma auto avaliação realista acerca da própria capacidade de trabalhar pedagogicamente com essas crianças. A autora enfatiza que os desafios surgem desde as constantes alterações na esfera dos dispositivos legais, até as questões do próprio saber fazer.

As professoras entrevistadas apontam que a ausência de capacitação específica ou formação profissional inicial as coloca diante de grandes desafios, visto que, geralmente elas precisam desenvolver a adaptação ou desenvolver materiais adaptados para aplicação de suas metodologias, frequentemente com recursos financeiros próprios e com muita criatividade.

Dentre esses desafios é pertinente apresentar o desconhecimento parcial ou total acerca das Tecnologias Assistivas (TAs). Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, a TA se refere a:

[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL 2009, p. 9)

Sobre essa limitação no saber fazer pedagógico, a professora C, afirma que realiza o acolhimento inclusivo, principalmente através das atividades lúdicas, nas quais procura incluir incentivando a participação da criança em todas as atividades, também nos momentos do cuidado e nas tarefas de ensino-aprendizagem.

Acerca das brincadeiras na educação infantil ressalta-se que envolvem cuidado e reflexão por parte das educadoras na educação infantil. É preciso refletir sobre a frequência que acontece o brincar, a lugar do brincar na rotina, a escolha dos materiais que ofereçam segurança e os tipos de atividades lúdicas para determinadas situações de aprendizagem, respeitando o desenvolvimento das crianças e suas potencialidades.

Um ponto em comum apresentado pelas entrevistadas foi quanto à utilização da ludicidade como recurso estratégico para inclusão das crianças com deficiência em todas as atividades. A professora A afirma: *“planejo a inclusão sempre através da introdução de atividades lúdicas, com brincadeiras, para assim favorecer um ambiente acolhedor, onde a criança sinta prazer em está e interaja com naturalidade com todos. No entanto, percebo que o acolhimento nos causa certa ansiedade e insegurança, visto que é um cenário que envolve o novo, e isso sempre causa incertezas e insegurança quanto aos resultados do que foi planejado.* Já a professora B, enfatiza: *O acolhimento é feito da mesma forma das demais crianças, sendo apenas necessário inclui-la nas atividades de forma que participe de tudo, sempre com o cuidado de adaptar essas atividades respeitando suas limitações.*



Referindo-se ao lúdico, Santos (2002, p. 12), diz ser “[...] uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão”. A autora afirma que as atividades realizadas através das brincadeiras conduzem a aprendizagem, ao “desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento” (SANTOS, 2002, p. 12).

Nesse sentido, é relevante pontuar também a necessidade de repensar os modelos de avaliação. Oliveira (2002, apud VEIGA, 2008) esclarece que é preciso que o educador reconsidere as formas de avaliação procurando realiza-la conforme o trabalho desenvolvido com a criança, sendo imprescindível que a metodologia seja estimulante para a promoção de avanços cada vez mais significativos.

Nesse ponto a professora E deixa claro que, *“é preciso que a criança participe de tudo que se realiza na escola, para que ela não se sinta diferente e o mais importante é que também as outras crianças não a percebam de forma diferente”*.

Em linhas gerais, as professoras afirmam que acolhem as crianças com deficiência na sala de aula de ensino regular, todavia percebem a importância da contribuição do profissional especializado para a realização do seu trabalho, visto que em alguns momentos surgem dúvidas, insegurança e incertezas. A fala da professora A, vai nessa direção, quando diz que ainda persiste a falta desse apoio: *“ainda falta um suporte ou apoio pedagógico, para os professores de modo geral, mas, a ausência de apoio para melhorar nosso trabalho com a criança com deficiência ainda é gritante, principalmente quando nos deparamos com crianças que observamos ter algum transtorno, no entanto ainda não foi diagnosticado*.

A professora B afirma *“Antes procuro saber a faixa etária e na medida do possível tomar conhecimento de alguns aspectos da vida cotidiana da criança, para assim poder planejar atividades (jogos, brincadeiras) para que a criança perceba um ambiente tranquilo, acolhedor e prazeroso”*.

Já a entrevistada C conclui enfatizando: *“Procuro incluí-la em todas as atividades. Na verdade as atividades é que são adaptadas a ela”*.

Cabe salientar que a rede de apoio para a inclusão de crianças com deficiência é estabelecida pelas parcerias e vínculos colaborativos estabelecidos entre, família, escola e comunidade além dos apoios especializados sempre que necessário.

É preciso acentuar que o apoio de profissional especializado deve ocorrer concomitante e articulado como trabalho do professor, o qual poderá orientar quanto às metas que poderão ser alcançadas, além de favorecer ampliação da rede de apoio

6. A relação entre os dispositivos legais e a realidade da adaptação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), propõe:

[...] Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipa-



mentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.20).

Tecendo relações entre o que afirma a Política e as evidências encontradas na pesquisa, percebe-se que os sistemas de ensino caminham a passos lentos na organização e planejamento inclusivo para educação infantil. Embora sejam observadas que as instituições buscam promover o que assegura as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010) quanto a garantia de “acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2010, p. 20), no que tange a presença de um profissional para oferecer apoio quando necessário, principalmente com relação ao uso de recursos para adaptação curricular, ainda é precário. Nas escolas em que trabalham as participantes da pesquisa foi observada a existência de apenas uma profissional para toda a escola.

A professora C afirma que sente a necessidade não apenas de profissional especializado, mas também de uma auxiliar em sua sala, visto que segundo ela, atualmente, apenas os níveis I e II, contam com esse apoio. Ela diz: “*Uma auxiliar na salinha é muito importante, não apenas por ter criança com deficiência na sala, mas sim por se tratar de crianças que requer atenção e cuidado especial*”. Ainda segundo ela, muitas vezes, dependendo da idade e do nível em que está matriculada, a criança ainda não consegue realizar algumas atividades ou necessidades sozinhas, como por exemplo, ir ao banheiro, sendo assim necessário auxílio de um adulto. Tal fato exige que se ausente da sala para acompanhá-la. Para suprir essa demanda ela afirma: “*Nesses casos, recebemos o apoio da equipe de funcionários da escola*”.

Veiga (2008) esclarece que para a escola realizar educação sob a perspectiva da inclusão desde a Educação Infantil é necessário, planejamento de atividades sob o princípio da Educação Para Todos. É necessário ainda, que os processos de acolhimento ocorram respeitando os tempos das crianças, sempre registrando todos os avanços e compartilhando-os com as famílias.

Mantoan (2001, apud. VEIGA 2008) esclarece que têm-se observado algumas estratégias para acolher a criança com deficiência na educação Infantil, tais como: adaptações no currículo que considerem as diferenças e utilização de formas alternativas de comunicação, dependendo da deficiência. No entanto é preciso,

[...] mudanças substanciais na planificação e na implementação de projetos de educação abertos às diferenças”, considerando que, hoje, “as propostas de trabalho pedagógicas são marcadamente democráticas, mudando o papel desempenhado por alunos e professores e as relações estabelecidas entre eles no processo de ensino e de aprendizagem (VEIGA 2008, p. 178).

Com relação aos arranjos estratégicos, adaptações relatadas e observadas no campo durante a pesquisa, é preciso salientar que elas partem geralmente dos professores, cujas formas de acolher ocorrem através do estabelecimento de uma rotina flexível, de inclusão pelas brincadeiras, do cuidado conforme as individualidades e do educar respeitando as fases e os tempos de desenvolvimento das crianças, sob perspectivas de aprender também com as diferenças.



7. Considerações finais

Este estudo permitiu compreender o contexto e as concepções de acolhimento, adaptação e inclusão de crianças com deficiência em instituições de educação infantil do município do Natal – processo, neste estudo, denominado adaptação inclusiva. O conceito de adaptação inclusiva partiu da relevância de que tem os primeiros dias da criança com deficiência na educação infantil; esse processo possui suas especificidades e assim exige organização e planejamento para que a inclusão do aluno com deficiência às atividades do grupo ocorra adequadamente. Ao analisarmos os aspectos do planejamento para o acolhimento dessas crianças e fazendo uma relação com o que nos dizem os autores estudados, foi possível reconhecer que existe uma carência de investigações no que tange aos objetivos do planejamento do período de adaptação para alunos com deficiência na educação infantil, não apenas com relação as crianças, mas também envolvendo a família.

Foi observado que a perspectiva de inclusão da família como um importante aliado para a evolução na adaptação, vai de encontro com o que dizem os que citados neste artigo. As afirmações das educadoras e da mãe da criança com deficiência mostraram que a permissão para permanência de membros da família no período de adaptação se limita a alguns minutos no momento da entrada e saída da criança. Percebe-se como incipiente esse curto período de tempo para a presença da família na escola no período de acolhimento; fator que pode fragmentar a relação escola e família.

Já com relação aos desafios com os quais se deparam os professores para acolher uma criança com deficiência, ficou evidenciado que todo processo de adaptação exige maior atenção e pode provocar insegurança, pois as professoras não tem formação específica para acolher e desenvolver um trabalho com essas crianças. Nesse sentido, outra importante conclusão refere-se ao conhecimento necessário dos envolvidos, para viabilizar a inclusão. A maioria das entrevistadas relataram que consideram importantes e necessários mais programas de formação continuada na perspectiva da inclusão, além de afirmarem sentir a ausência de mais apoio de profissionais especializados e de sua presença na escola, visto que, muitas vezes não conseguem operacionalizar ferramentas inclusivas – como, por exemplo, a Tecnologia Assistiva.

As falas das professoras revelam que muitas das atividades para acolhimento inclusivo da criança na educação infantil são viabilizadas pelos conhecimentos pedagógicos gerais das educadoras, exigindo delas superação a cada dia. Percebe-se que esses desafios vêm sendo superados com criatividade, comprometimento, respeito e compreensão da diversidade presente na escola, tendo as atividades lúdicas como importante aliada.

Tecendo uma relação entre o que dizem os dispositivos legais e a realidade da adaptação inclusiva, fica evidente que, embora sejam relevantes os avanços promovidos nos últimos anos com a perspectiva da inclusão de crianças com deficiência na escola, permanece uma lacuna acentuada quanto ao acolhimento que precede a adaptação inclusiva na educação infantil no município do Natal.

Por fim, percebe-se que o acolhimento para consolidação da adaptação inclusiva é processo complexo, que articula estudos da área da educação especial e da educação infantil. Entende-se que refletir sobre esse início da escolarização é de extrema importância e que, no caso das crianças com deficiência, a organização das práticas pedagógicas terá impactos para elas e suas famílias que poderão marcar a história dessas crianças.



Referências

- ANCESKI BATAGLION, Giandra; MARINHO, Alcyane. Familiares de crianças com deficiência: percepções sobre atividades lúdicas na reabilitação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2016.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva** - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.
- BARBOSA, Maria C. S. **A Rotina nas Pedagogias da Educação Infantil: dos binarismos à complexidade, Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, p. 56-69, Jan/Jun 2006.
- BEE, Helen. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. Conhecendo o aluno com deficiência física. In: SCHIRMER, Carolina R.; BROWNING, Nádia; BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela **Atendimento educacional especializado: Deficiência física**. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007. p.15-24.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 03 de novembro de 2017.
- _____. **Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em 03 de novembro de 2017.
- _____. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 01 de maio de 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEE, 1998. 3v.: il. Volume 1: Introdução.
- _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares, estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2003. 58 p.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 20 de maio de 2017.
- _____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009. 138 p.
- _____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Tecnologia assistiva ajuda a melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência. Portal Nacional de tecnologia assistiva. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2010/08/tecnologia-assistiva>> Acesso: 22 de junho de 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p. Disponível em <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acesso: 28 de maio de 2017.
- _____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso: 28 de maio de 2017.



_____. Ministério da Educação. **Diversidade e Inclusão**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, 562p.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso: 23 maio de 2017.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

DAVINE, Juliana; FREIRE, Madalena. **Adaptação, pais, educadores e crianças enfrentando mudanças**. Série Cadernos de reflexão, São Paulo, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Marta (org.) **Educação inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** Ed. Rede Saci. São Paulo, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1988.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. Revista Ciência & Educação, v. 9, n. 2. Bauru, 2003. p. 191-211.

OMOTE, Sadão. Deficiência ou não deficiência. Recortes do mesmo tecido. Revista Brasileira de Educação Especial. V. 2, n 1. São Paulo, 1994. p. 65-74.

ORTIZ, Cisele. Entre Adaptar-se e Ser Acolhido. Revista Avisa Lá, São Paulo. 1999. p. 6-7.

_____. **Adaptação e Acolhimento: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição**. Revista Escola, abr. 2000 p. 1-9. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/acollhida-cisele-ortiz.pdf>>. Acesso em: 05 de abr. 2017.

RAPOPORT, Andrea. **Adaptação de bebês à creche: a importância de pais e educadores**. Caderno de Educação Infantil, nº 16. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ROSSETI, Maria Clotilde Ferreira. **Os fazeres na Educação Infantil**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

SOUZA, Eliane Kiss de. **Adaptação escolar na educação infantil**. Santo Ângelo: EDIURI, 2004.

VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. Revista Paidéia, 2008. p. 169-195.

